



**TRE  
PARANÁ**

**CONTRATO Nº ...../2022**

**PAD Nº 15.844/2021**

## **ANEXO VIII**

### **Minuta do Contrato**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que  
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa**  
.....

**Pelo presente instrumento**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e por outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, Termo de Abertura de Licitação nº 08/2022, pelo Pregão Eletrônico nº. .... (PAD nº 15844/2021) e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., **CNPJ nº** ....., situada na Rua ....., CEP ....., cidade de: ....., telefone nº ....., e-mail ....., neste ato representada pelo seu representante legal Sr. ...., CPF nº \*\*\*.xxx.xxx.\*\*, denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1 - Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de transporte para realizar a entrega e o recolhimento das urnas eletrônicas, por ocasião das ELEIÇÕES GERAIS de 2022**, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I e nos locais mencionados nos Anexos II e III.

**1.1.1 - A Contratada para o(s) lote(s) deverá ter capacidade logística para atuar, simultaneamente no(s) polo(s) abaixo:**  
(adequar conforme lote(s) da empresa vencedora)

– **ITEM 1 – POLO 1;**

– **ITEM 2 – POLO 2;**

- ITEM 3 – POLO 3;
- ITEM 4 – POLO 4;
- ITEM 5 – POLO 5;
- ITEM 6 – POLO 6.

**1.2 -** A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I, e demais anexos do Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3 -** De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**

**2.1-** a presente contratação vigorará a partir da data da assinatura do contrato até o dia 19 (dezenove) de dezembro de 2022.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**3.1 -** As condições de prestação dos serviços, as obrigações da Contratada bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I, que será parte integrante do contrato.

**3.2 -** Saliência-se a responsabilidade prevista no Código Eleitoral, Lei nº 4737/65, art. 340, caso não sejam cumpridas as determinações estipuladas pelo CONTRATANTE quanto às urnas eletrônicas:

*“Art. 340 – Fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral: Pena: Reclusão de até 03 anos e pagamento de 03 a 15 dias-multa”.*

**3.3 -** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e a qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**4.1 -** Considera-se infração administrativa passível de aplicação de sanções:

- I - Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência desta contratação;
- II - Ensejar o retardamento da execução do objeto do presente;
- III - Falhar ou fraudar na execução deste contrato;
- IV - Comportar-se de modo inidôneo; e
- V - Cometer fraude fiscal.

**4.2 -** O cometimento de qualquer das infrações previstas no item anterior ensejará a abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções:

I - **Advertência** por escrito, sem prejuízo de eventual aplicação de multa, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multas:**

a) 10% (dez por cento), por hora, calculada sobre o **valor do local de votação**<sup>1</sup> - quando houver atraso na entrega ou coleta de urna, limitada a incidência em até 3 (três) horas.

b) 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor total adjudicado** - em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida. Nesse caso, a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) 0,1% (um décimo por cento), por hora, sobre o **valor total adjudicado** - quando descumprir o horário de disponibilização dos veículos, motoristas e ajudantes no Fórum Eleitoral;

d) 0,1% (um décimo por cento), por dia, sobre o **total de locais de votação** da respectiva Zona Eleitoral - quando deixar de entregar os Roteiros aos Chefes dos Cartórios;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

f) 15% (quinze por cento) sobre o **valor total adjudicado**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

g) 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o **valor total adjudicado**, por dia – na hipótese de atraso na apresentação da garantia, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal (art. 7º, Lei 10.520/02).

**4.3 -** Do ato da Administrativo que decidir pela aplicação de sanção caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação.

**4.4 -** A CONTRATADA autoriza, desde já, ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

---

<sup>1</sup> O valor unitário do local de votação será extraído da memória de cálculo apresentada pelo licitante na formação da proposta vencedora.

**4.5** - Se a multa aplicada for superior ao valor faturado ou da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**4.6** - As sanções previstas no item 4.2 poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, sem prejuízo de rescisão contratual.

**4.7** - Na aplicação da sanção, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como os danos causados à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**4.8** - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>2</sup> e não pagas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPCA ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

**4.9** - Todas as sanções serão obrigatoriamente publicadas por meio de registro no SICAF.

## **CLAUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**5.1** - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## **CLÁUSULA SEXTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: .....  
Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: .....  
Nº do Empenho:....., emitida em .....  
Código Siasg: 3263

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO**

**7.1** - O Contratante pagará à Contratada o valor total estimado para o 1º e 2º turno (se houver) **de R\$.....** (.....), conforme proposta detalhada apresentada e de acordo com o abaixo especificado:

### **7.1.1 - PARA O 1º Turno:**

---

<sup>2</sup> Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - artigo 1.º, inciso I.

ITEM	POLO*	Quantidade de LOCAIS DE VOTAÇÃO (LV)	VALOR POR LOCAL DE VOTAÇÃO (PLV) <sup>3</sup>	VALOR TOTAL (VT = LV x PLV)
1	POLO 1	1.174		
2	POLO 2	492		
3	POLO 3	770		
4	POLO 4	296		
5	POLO 5	688		
6	POLO 6	685		
Valor total do 1º turno				R\$.....

#### 7.1.2 - Para o 2º Turno (se houver)

ITEM	POLO*	Quantidade de LOCAIS DE VOTAÇÃO (LV)	VALOR POR LOCAL DE VOTAÇÃO (PLV) <sup>4</sup>	VALOR TOTAL (VT = LV x PLV)
1	POLO 1	1.174		
2	POLO 2	492		
3	POLO 3	770		
4	POLO 4	296		
5	POLO 5	688		
6	POLO 6	685		
Valor total do 2º turno (se houver)				R\$.....

### CLAUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

#### 8.1 - Do documento fiscal:

**8.1.1** - O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser **encaminhado ao Gestor do Contrato - Seção de Planejamento e Logística de Eleição** do TRE/PR - por e-mail ([sple@tre-pr.jus.br](mailto:sple@tre-pr.jus.br)), em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná.

**8.1.2** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços.**

**8.1.3** - O documento fiscal deverá atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

<sup>3</sup> O valor informado contempla a entrega e o recolhimento das urnas.

<sup>4</sup> O valor informado contempla a entrega e o recolhimento das urnas.

- I - CNPJ da Contratada;
- II - CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- III - Data de emissão da nota fiscal;
- IV - Descritivo dos quantitativos unitários e totais;
- V - Número do contrato.

**8.1.4 -** O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet/ documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**8.1.5 -** Caso a contratada não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os requisitos previstos no item 8.1.3.

**8.1.6 -** O documento fiscal deve conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

**8.1.7 -** A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do Gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.1.8 -** O período para faturamento deverá corresponder a cada turno das eleições, cumprindo a remessa após a conclusão de cada um deles.

## **8.2 - Das condições do pagamento:**

**8.2.1 -** O pagamento será efetuado, por cada turno de eleição, após o atestado definitivo pelo **Gestor** do contrato.

**8.2.2 - Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo **Gestor** do contrato, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**8.2.3 -** A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do **Gestor** da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.2.4 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.2.5 -** Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.2.6 -** O **Gestor** da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.1.5.

**8.2.7 -** Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**8.2.8 -** O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

**8.2.9 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Na ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$ .

### **8.3 - Da regularidade fiscal:**

**8.3.1 -** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.3.2 -** A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.3.3 -** Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**8.3.4 -** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.3.5 -** O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA NOVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **9.1 - Da substituição tributária:**

**9.1.1 -** Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

### **9.2 - Dos tributos federais:**

**9.2.1 -** Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**9.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**9.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 – Anexo IV.

### **9.3 - Da retenção previdenciária:**

**9.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

### **9.3 - Da retenção do ISS:**

**9.4.1** - Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

**9.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**9.4.3** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: GARANTIA**

**10.1** - Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, em **até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste contrato**, garantia no valor de **R\$ .....**) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, com vigência de 3 (três) meses além da vigência contratual (**ou seja até .....**), conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro garantia;

III - **\*Fiança bancária.**

**10.1.1** - O Seguro garantia ou a fiança bancária (**\* somente aquela emitida por Instituição bancária oficial autorizada pelo Banco Central**) deverá conter número, nome do banco emissor, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

**10.2** - A licitante vencedora deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vistas ao cumprimento do prazo estabelecido no item 10.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.



**10.3** - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL**, sendo que, deverá estar de forma expressa na apólice a previsão desta cobertura, sob pena de recusa por este Tribunal.

**10.3.1.** A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**10.4** - A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após o final da vigência do contrato, desde que cumpridas todas as exigências contratuais.

**10.4.1** - No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescentar a garantia conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação pela Seção de Contratos deste TRE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE**

**11.1** - O reajuste dos contratos com vigência até 01 (um) ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**12.1** - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**12.1.1** - Deverão ser observadas as disposições da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores, que tratam do impedimento por parte deste Tribunal de manter, aditar, ou prorrogar contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que tenham determinadas relações de parentesco com membros deste Tribunal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>5</sup>, para um só efeito legal.

---

<sup>5</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.

Curitiba, ..... de ..... de 2022

.....  
Representante Legal  
P/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor- Geral do TRE-PR  
P/Contratante